

DE PAPEL PASSADO

Famílias que ocupam as áreas definidas no parcelamento da QS 11 dizem ter direito à moradia, mas nem mesmo o governo saber dizer ao certo quantos são e a data em que tomaram posse dos terrenos construídos nos fundos dos lotes regulares

O QUE ELES DISSERAM

“É A PROVA CABAL DE QUE O PODER PÚBLICO NÃO TEM O MENOR CONTROLE E PLANEJAMENTO URBANO. ALÉM DISSO, É REFÉM DO FATO CONSUMADO, O QUE LANÇA AO CHÃO QUALQUER DISCURSO DE SERIEDADE”

ALEXANDRE CAMANHO
Procurador da República no Distrito Federal, ontem

“NÃO TEMOS COMO POLÍTICA DE GOVERNO REGULARIZAR OCUPAÇÕES INDEVIDAS”

IVELISE LONGHI,
secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação, no dia 8 de agosto, ao explicar por que o governador Joaquim Roriz vetara o substitutivo

“O GOVERNADOR CONVERSOU COM O DEPUTADO JOSÉ EDMAR E PERMITIU A DERRUBADA DO VETO”

JOSÉ FLÁVIO OLIVEIRA
assessor parlamentar do GDF, na semana passada, ao Correio, durante despachos do governador Joaquim Roriz no Senado

“NÃO VEJO PROBLEMAS PARA REGULARIZAR AS INVASÕES NO AREAL, QUE, POR SER UM ASSENTAMENTO, JÁ NASCEU REGULARIZADO”

JOAQUIM RORIZ
ao Correio, em solenidade em julho

“FOI UM VOTO EQUIVOCADO, TALVEZ POR UM ERRO DE MINHA ASSESSORIA. CONSIDERO O PROJETO PROBLEMÁTICO PORQUE ABRE UM PRECEDENTE PERIGOSO AO LEGALIZAR OCUPAÇÕES COM APENAS 60 DIAS”

DEPUTADO RODRIGO Rollemberg (PSB), ontem, sobre seu voto favorável à lei

“FUI A FAVOR DO SUBSTITUTIVO PORQUE ACREDITO QUE A PERMANÊNCIA DOS MORADORES NO LOCAL ESTÁ CONDICIONADA À POSSIBILIDADE LEGAL DE SUA FIXAÇÃO. HÁ UM PARÁGRAFO NA LEI QUE DIZ QUE O GOVERNO DEVERÁ TRANSFERI-LOS PARA OUTRA ÁREA NO CASO DE NÃO ATENDEREM AOS CRITÉRIOS DE PERMANÊNCIA”

WASNY DE ROURE
deputado (PT), ontem, sobre o seu voto favorável à lei

“FALTOU UMA DISCUSSÃO PROFUNDA SOBRE O ASSUNTO. ESSA É UMA FALHA QUE TEMOS DE RECONHECER. AGORA TEREMOS DE CORRIGIR ESSE ERRO”

PAULO TADEU (PT)
Deputado líder da bancada do PT na Câmara Legislativa, ontem, sobre a posição dos deputados petistas na aprovação da lei

“REAFIRMO QUE DEIXEM DE PAGAR PELOS LOTES. NO MEU GOVERNO, POBRE NÃO VAI PRECISAR FAZER ISSO”

JOAQUIM RORIZ,
em assentamentos, durante a campanha de 1998

Invasor na cooperativa

Evangélico, o trabalhador de serviços gerais Reginaldo Pereira do Nascimento, 38 anos, atribui a Deus a vitória conquistada na Câmara Legislativa, com a regularização da QS 11, do Areal, em Taguatinga. Depois de anos morando com a mulher e cinco filhos em barracos nos fundos de quintais em diversos assentamentos, o goiano de Ceres acredita que agora terá uma casa própria em um lote totalmente legalizado pelos deputados distritais.

No final de 1998, Reginaldo ocupou uma área pública na QS 11, mas não se considera invasor. “Tenho direito. Também participei de uma cooperativa habitacional, mas não tive direito a lote porque, desempregado, não pude pagar”, explica. “Mas estou inscrito na lista do governo”, acrescenta o morador do conjunto W. “Merecemos o direito a ter moradia”, defende-se outro invasor, o desempregado Evandro Pereira, 31 anos, que construiu sua casa no conjunto K, outra área ocupada sem o aval do governo.

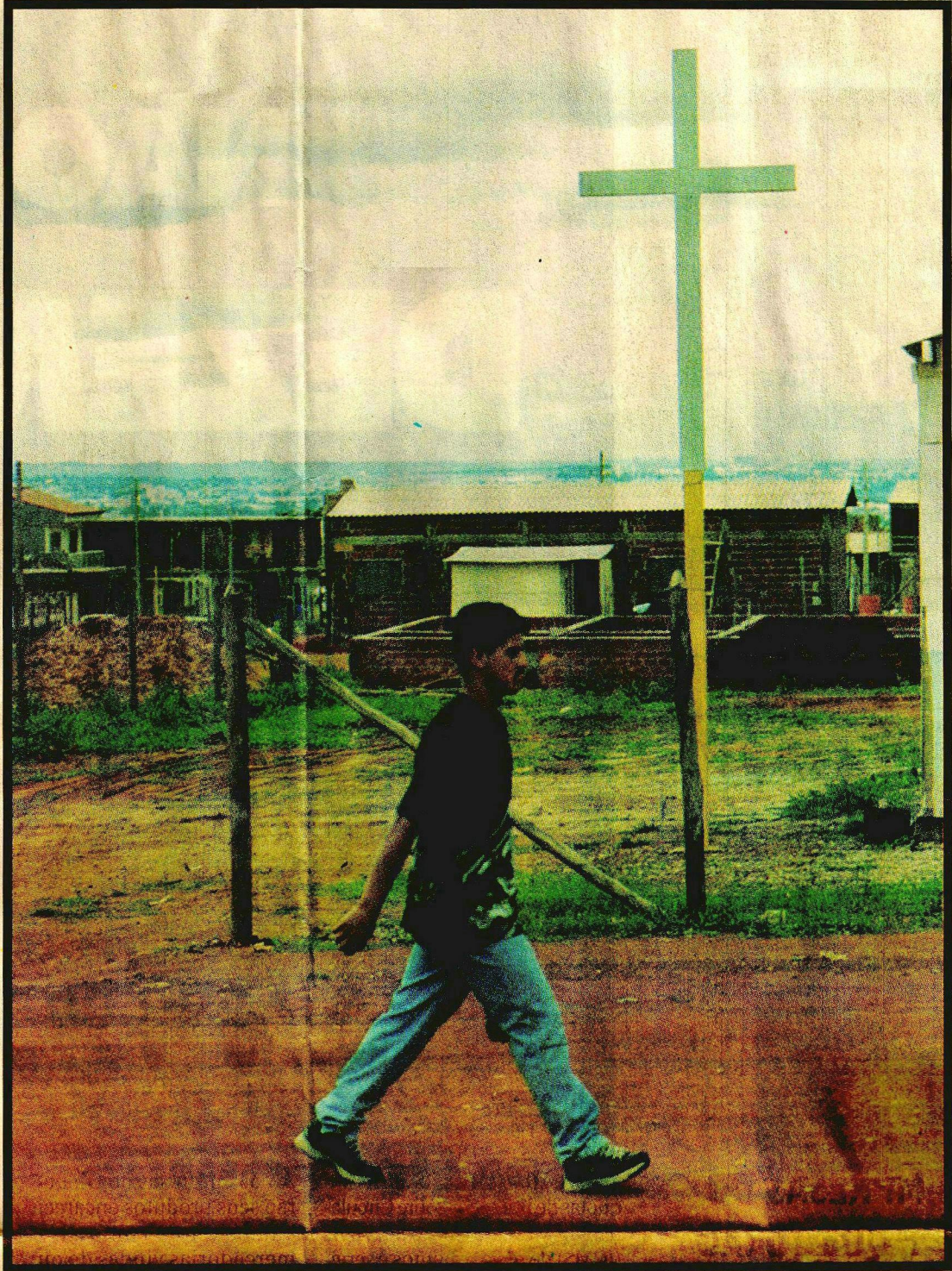
Reginaldo e Evandro moram em ruas construídas nos fundos de unidades habitacionais definidas por projeto urbanístico de parcelamento aprovado pelo Decreto nº 19.479, de 3 de agosto de 1998.

Elaborado no governo anterior, o projeto apresenta o desenho da QS 11, para onde o então governador Cristovam Buarque transferiu famílias cadastradas no extinto Instituto de Desenvolvimento Habitacional (Idhab), dentro do programa de cooperativas habitacionais. Pelos critérios de tal programa, os interessados em lotes deveriam reunir-se em cooperativas que fariam responsáveis pela construção e entrega das casas.

No final de 1998, entretanto, mais de 250 lotes foram ocupados irregularmente sem respeitar os critérios estabelecidos pelo GDF. Quando assumiu, Joaquim Roriz não tomou providências para reverter as invasões.

Desde então, essas famílias permanecem no local. Nem mesmo o atual governo sabe ao certo quantos invasores são exatamente e há quanto tempo estão ocupando os

Kleber Lima



NA ÁREA DESTINADA À CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA PÚBLICA PARA OS MORADORES, FORAM ERGUIDAS QUATRO IGREJAS

lotes. O próprio líder do governo na Câmara Legislativa, deputado José Edmar (PMDB) reconhece isso. “Incluimos o item referente aos 60 dias para evitar as ocupações irregulares no período de tramitação do projeto”, afirmou ao Correio, há três meses. “Na verdade, não temos como saber exatamente

há quanto tempo os moradores estão lá”, reconheceu.

Sem um controle total do governo, quem invadiu há mais de dois meses antes da publicação da lei ganhou o direito ao lote. Desde que surgiu a notícia da discussão da regularização da QS 11 pelos deputados distritais,

os invasores ficaram em regime de plantão. Durante o meses de julho, agosto e setembro, os fiscais da Administração Regional de Taguatinga e Serviço Integrado de Vigilância do Solo (SIV-Solo) derrubaram mais de cem barracos construídos em áreas públicas. (AMC)

MEMÓRIA

Ocupação tem até projeto urbanístico

A promulgação da Lei Complementar nº 329, que regulariza ocupações residenciais de áreas públicas feitas até agosto deste ano na QS 11, no Areal, é mais um caso de incentivo às invasões com o carimbo dos poderes Executivo e Legislativo. Em agosto, por exemplo, Roriz ordenou ao administrador de Riacho Fundo, Milton Barbosa, que regularizasse uma igreja construída sem autorização em área pública e derrubada por fiscais.

Diante de uma faixa de repúdio à demolição da igreja, Roriz deu um puxão de orelhas público no administrador, que, baseado na lei, havia determinado a derrubada da construção. “Terreno de igreja não se mexe. Ali, é onde se divulga a palavra de Deus. Não aceito esta violência”, reprimiu Roriz. Atitude afinada com seus discursos de campanha. “A terra é de Deus e Ele nos deu para que seja habitada por todos os seus filhos”, preconizou o então candidato, em 1998.

O distrital José Edmar (PMDB), um dos autores da Lei nº 329, segue a cartilha de Roriz. Conhecido por coordenar a maior invasão do DF, a Estrutural, onde moram cerca de 3 mil famílias, o líder do governo também participou da ocupação dos assentamentos de Samambaia e Recanto das Emas. Seu assessor na Câmara Legislativa, Pedro Maravvalho, comandou duas ocupações no Paranoá, uma na expansão da cidade e outra em uma floresta de pinheiros. O resultado: a invasão da expansão do Paranoá já teve projeto urbanístico aprovado em junho por decreto de Roriz. Falta distribuir os lotes. (André Garcia)